

Economia - Brasil

Especialistas debatem
o papel do Estado e a
abertura de mercadospor Cláudia Izique
de São Paulo

O Brasil deveria ser mais ativo e rapidamente buscar parceiros para juntos disputarem espaço no comércio internacional. O governo Collor já deu passos na direção da liberação do comércio, mas a professora Anne Krueger, da Duke University diz que não sabe "quanto tempo ainda vai demorar" para que o País participe da tendência dos anos 90, que é a integração de mercados. "Ainda há muito a fazer para se cumprirem as metas do programa de estabilização", e Krueger cita como exemplo o controle da inflação.

O Mercado e o Estado no Desenvolvimento Econômico, é tema do seminário organizado pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, que termina hoje. O debate em torno de políticas de liberação dos mercados nacionais e da redução do papel do Estado, qualificada por alguns como "Washington consensus", dividiu especialistas americanos e latino-americanos.

Robert Frenkel, da Argentina, considerou que a liberação, sem que se levem em conta as especificidades de cada país, "pode levar a trajetórias explosivas" nos países latino-americanos endividados, que devem priorizar a estabilização e a retomada do crescimento. "É impossível, na sua opinião, que estes países cheguem à estabilização sem crescimento." E completou: "É impossível voltar a crescer sem acordo externo".

Os países latino-americanos têm de abrir sua economia para uma maior competitividade, afirmou Yoshiaki Nakano, da Fundação Getúlio Vargas. Mas é fundamental que estes países ampliem também o mercado interno e, para tanto, têm de distribuir renda entre o conjunto da população. O Estado, ele disse, tem de "encolher" para ceder espaço ao setor privado, mas tem de ser "forte" para administrar uma economia onde apenas uma parte das empresas é competitiva, como é o caso do Brasil.

A economia de mercado "é moda", na opinião do ex-ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira. "A relação entre o Estado e mercado é cíclica e cambiante. O Estado sempre assumirá novas fun-



Yoshiaki Nakano

ções", ele disse. E apontou diferenças no caráter de atuação do Estado: "Uma coisa é orientar para o mercado e outra, é a coordenação da economia", distinguiu. A tendência de países como o Japão, por exemplo, é o da coordenação do mercado com ênfase nos mercados internacionais, observou.

As estratégias de produção e de mercado dos países asiáticos tiveram destaque no seminário. "A Coreia e o Japão são o exemplo máximo de potências competidoras", considera Antonio de Barros Castro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Estes países, "onde o Estado divide a responsabilidade de coordenação do mercado com empresas, ajudam a refutar a tese da liberação da economia e da redução do papel do Estado defendida pelo "Washington consensus". Nesses países vale a regra de coordenar a evolução do mercado e preços", diz Barros.

A privatização de empresas estatais também esteve em pauta. Sabino Cassese, da Universidade de Roma, considera que não há qualquer setor de atividade cuja função, por definição, esteja vinculada ao setor público. "A criação de estatais tem sido produto de tendências", disse.

"No Brasil, a privatização não é demanda das empresas", disse Marcos Giannetti da Fonseca, secretário nacional de Planejamento do Ministério da Economia. Elas estão impregnadas pelo corporativismo que na Itália se quis combater. "Elas servem aos interesses de funcionários que, através de atuação política, acabam por determinar ao setor público uma atitude complacente", avaliou.